



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

O sector do Táxi e a concorrência ilegal das multinacionais

Petições n.º 490/XII/4.ª e n.º 518/XII/4.ª

Intervenção do Deputado Bruno Dias

Sessão Plenária de 05 de janeiro de 2017

Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados,

O PCP saúda os representantes do sector do Táxi aqui presentes, e os milhares de cidadãos que se dirigiram à Assembleia da República através destas petições, num debate que tem de ser sério sobre as leis deste País e a forma como as cumprimos e fazemos cumprir.

Podemos até afirmar que, aparentemente, a preocupação e motivação comum de todos (ou quase todos) estes cidadãos é a de um melhor serviço de transporte, com mais qualidade, conforto, acessibilidade – e esse é o objetivo pelo qual continuamos a trabalhar. Mas certamente ninguém defenderá que, à pala desse objetivo, se consagre um estatuto de impunidade e privilégio para o poder económico de multinacionais que atuam como se estivessem acima da Lei.

Mais uma vez, sublinhamos: esta não é uma questão de tecnologias nem de “modernidade” – é uma questão de legalidade! A Lei tem que ser igual para todos e ninguém pode estar acima da Lei.

É inaceitável que o País seja confrontado com esta “opção”: ou a Lei vale só para alguns, e há quem não tenha de a cumprir, ou então faz-se uma lei como se fosse um fato à medida das multinacionais!

Aquilo que hoje, no terreno, está a acontecer é uma situação revoltante, de total impunidade, perante a passividade das autoridades competentes.

O PCP orgulha-se de ter contribuído, de forma ativa e construtiva, para a defesa da legalidade no sector, propondo medidas que foram aprovadas nesta Assembleia – sem votos contra de ninguém – mas que não estão a ser cumpridas, na Lei 25/2016.

Já houve problemas graves, como o que sucedeu no passado dia 23 de dezembro, junto à Estação de Campanhã no Porto.

Alguma coisa está muito errada quando as autoridades assistem à ilegalidade e fiscalizam quem a denuncia.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Por isso mesmo acabámos de questionar o Governo, através da Mesa da Assembleia da República, sobre esta situação, que é importante esclarecer cabalmente.

Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, a Lei é para cumprir e ninguém pode estar acima da Lei.

O PCP não pode aceitar, e esta Assembleia não pode aceitar, que se permita a liquidação de um sector como o do Táxi, fundamentalmente constituído por milhares de micro, pequenos e médios industriais nacionais, de cooperativas nacionais, para impor a presença hegemónica e monopolista de uma multinacional estrangeira – que, de acordo com a imprensa, pagou em Portugal menos impostos que a empresa da Ginjinha do Rossio! Que tem os motoristas a trabalhar por um euro e 41 cêntimos à hora (antes de impostos!); que impõe as tarifas que quiser e coloca os carros onde quiser!

O sector do Táxi é enquadrado, regulado, fiscalizado todos os dias. Não se pode dar ao luxo de apresentar prejuízos globais de 2,2 mil milhões de dólares em nove meses para esmagar a concorrência. não recorre a off-shores nem endereços fiscais na Holanda. O sector do Táxi foi penalizado por anos e anos de Pagamento Especial por Conta – que este ano finalmente vai ser reduzido, com vista à sua eliminação, por proposta do PCP aqui aprovada.

O que é preciso é apoiar a modernização do sector, o investimento, a inovação e o desenvolvimento do transporte. Há muitos problemas e necessidades para resolver – e cá estamos e estaremos para prosseguir esse trabalho. Mas não é com a concorrência desleal e ilegal ou com o privilégio a multinacionais. Para isso não contam com o PCP!

Disse.